

MOBRAL: A FALÁCIA DOS NÚMEROS (UM DESACERTO AUTORITÁRIO II) *

Vanilda P. Paiva

1. O PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

Considerando que o PAF (Programa de Alfabetização Funcional) constituiu o programa central do Movimento Brasileiro de Alfabetização, consumindo a maior parte dos seus recursos (71.6% em 1977; 64.7% em 1978; 73.32% em 1979), ele deve ser objeto importante da nossa atenção. O quadro abaixo, incluindo a citação de fontes foi fornecido pelo próprio Mobral.

* Ver "Síntese", nº 23, Set-Dez., 1981, 83-114

COMPORTAMENTO DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL
1970/78

ANO	META	ALUNOS CONVENIA- DOS	% DE ATIN- GIMENTO DA META	ALUNOS ALFABETI- ZADOS	PRODUTIVI- DADE (*)	ÍNDICE DE ANALFABE- TISMO (*)	POPULAÇÃO ADULTA ANALFABETA
1970	--	507.567	--	172.089	33,9	33,6	18.146.977
1971	--	2.590.061	--	1.081.320	41,8	30,7	17.096.452
1972	4.214.540	4.234.871	100	2.042.683	48,2	26,6	15.262.227
1973	5.015.000	4.931.100	98	1.784.397	36,2	25,5	15.064.573
1974	5.098.000	4.738.131	93	1.923.922	40,6	21,9	13.318.120
1975	4.449.000	4.373.859	98	1.656.502	37,9	18,9	11.850.226
1976	4.634.387	3.923.365	85	1.412.987	36,0	16,4	10.643.730
1977	4.782.500	3.693.388	81	1.203.268	30,9	14,2	9.479.586
1978	4.439.650	3.805.901	86	1.256.000*	32,9*	12,3*	8.381.000*

(*) Estimativa baseada nos resultados de produtividade dos convênios do 1º semestre.

Fonte: — Relatório GEPAC (29.13.78); Alunos Conveniados

— Relatório DATAMEC "Situação dos Convênios de AF" - SIQAF - Novembro 1978

— Relatório ASCON 7.12.78.

Observamos pela tabela que, entre 1970 e 1978, foram assinados convênios para o atendimento de 33 milhões de alunos, sendo considerados alfabetizados no período de 12,53 milhões de pessoas, apresentando o programa uma "produtividade" média em torno de 38%. Este quadro é completado pelos dados do relatório do Mobral de 1979 que indica terem sido conveniados mais 3 milhões, devendo ter sido alfabetizados cerca de 1 milhão de pessoas (os dados divulgados em 1981 indicam 3.348.677 conveniados e 1.129.289 alfabetizados, sendo ambas fontes oficiais do MOBREAL), assegurando ao movimento uma "produtividade" média de 32% e uma redução do número de analfabetos a 11%. Os "Resultados do programa Mobral - período de 1970 a 1980" mostram um total de 2,5 milhões conveniados dos quais teriam sido alfabetizados 810.000 em 1980, números com os quais chegamos a um total de mais de 38 milhões de conveniados e de mais de 14 milhões de alfabetizados entre 1970 e 1980. Internamente afirmava o Mobral ter logrado reduzir o índice de analfabetismo entre a população de 15 anos e mais naquele ano para 9,5% com o que teria o movimento, numa década de atuação, provocado a redução daqueles índices da ordem de 24,1%.

Consideremos inicialmente os dados relativos ao desempenho do programa até o ano de 1976, já que com a divulgação dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD-76) pelo IBGE levantou-se publicamente a polêmica em torno da propalada diminui-

ção daqueles índices em consequência da atuação do Mobral(49). Verificamos que até 1976 havia o Mobral "conveniado" cerca de 25 milhões de alunos e alfabetizado mais de 10 milhões de pessoas, conforme a tabela transcrita da publicação oficial do movimento intitulada *Soletre Mobral e leia Brasil*, na qual os dados estão discriminados por estado.

- (49) O Jornal *A Folha de São Paulo* em sua edição de 16.08.78 publicou um artigo assinado por Eduardo M. Suplicy no qual o autor comparava os índices de analfabetismo encontrados pela PNAD/73 com aqueles revelados pela PNAD/76, concluindo que aqueles índices haviam se elevado e não diminuído em várias regiões brasileiras, apesar da atuação do Mobral. Este artigo, reproduzido em outras publicações, recebeu resposta do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, publicada no mesmo jornal no dia 19 daquele mês. Este contestou a validade das comparações feitas e, portanto, as conclusões tiradas, já que a metodologia utilizada nas duas pesquisas não foi a mesma. A metodologia empregada pela PNAD/73 provocara a sub-estimação do número de analfabetos porque não permitia a distinção de casos de pessoas não alfabetizadas que tinham algum nível de escolaridade. Segundo o presidente do IBGE "os resultados da PNAD/76 podem, com mais propriedade, ser comparados aos dados levantados nos diversos censos, como o de 1970". Veja-se "IBGE comenta dados do PNAD". *Folha de São Paulo*, 19.08.78. Realmente, o critério adotado no Censo de 1970, e que permanece inalterado em 1980, foi o de considerar como alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem, sendo classificadas como analfabetas aquelas que podem apenas assinar o nome. A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) 1973 não apresenta dados comparáveis àqueles obtidos pelo Censo pois foi aí utilizado um único quesito para alfabetização e nível de escolaridade, supondo-se portanto alfabetizadas as pessoas que possuíam algum nível de escolaridade — o que na verdade não ocorre. Os dados de 1973, portanto, indicam um nível de analfabetismo menor do que aquele que seria obtido como metodologia análoga à do Censo.

ANALFABETOS NO BRASIL

1970				1976			
POP DE 15 ANOS E +		ANALFABE- TOS DE 15 ANOS E +	ÍNDICE DE ANALFA- BETISMO	POP DE 15 ANOS E +		ANALFABE- TOS DE 15 ANOS E +	ÍNDICE DE ANALFA- BETISMO
AC	108.312	59.384	54,8	AC	132.220	15.770	11,9
AL	886.851	534.946	6,7	AL	1.030.852	125.800	12,3
AM	497.666	189.542	38,1	AM	619.602	74.938	12,1
AP	57.197	19.534	34,2	AP	81.089	10.689	13,2
BA	4.098.095	2.115.232	51,6	BA	4.822.509	1.593.839	33,1
CE	2.377.248	1.297.711	54,6	CE	2.853.474	1.011.912	35,5
DF	310.097	53.938	17,4	DF	789.350	40.543	5,1
ES	882.374	303.151	34,4	ES	1.087.181	158.592	14,6
GB	2.967.948	316.726	10,7	GB	(**)	(**)	(**)
GO	1.605.703	632.073	39,4	GO	2.126.103	507.660	23,9
MA	1.628.653	973.219	59,8	MA	1.773.488	395.715	22,3
MG	6.523.619	2.326.759	35,7	MG	6.941.425	1.141.623	16,4
MT	870.384	303.968	34,9	MT	1.286.560	186.040	14,5
PA	1.171.229	392.894	33,5	PA	1.490.549	243.571	16,3
PB	1.321.681	730.080	55,2	PB	1.491.933	265.427	17,8
PE	2.901.149	1.459.089	50,3	PE	3.413.980	585.669	17,2
PI	681.247	535.058	60,7	PI	1.102.892	278.152	25,2
PR	3.779.596	1.204.885	31,9	PR	5.085.314	803.900	15,8
RJ	2.823.729	675.041	23,9	RJ	6.863.361	495.597	7,2
RN	851.503	461.313	54,2	RN	1.073.079	279.546	26,1
RS	4.065.335	802.886	19,7	RS	4.621.486	525.967	11,4
RO	60.384	21.550	35,7	RO	79.497	11.951	15,0
RR	20.806	7.498	35,9	RR	25.803	5.166	20,0
SC	1.596.012	321.104	20,1	SC	1.972.165	68.836	3,5
SE	486.144	261.239	53,7	SE	549.735	162.677	29,6
SP	11.254.921	2.148.021	19,1	SP	13.541.057	1.641.933	12,1
BRASIL	54.007.985	18.146.891	33,6	BRASIL	64.854.699	10.632.50	16,4

Nota: Em 1977 a estimativa da população de 15 anos e mais era de 67.000.000 aproximadamente e da analfabeta 9.300.000, caindo assim o índice de analfabetismo para 13,9.

Se calcularmos, com base na PNAD/76, os índices de analfabetos para a população de 15 anos e mais, chegaremos aos seguintes resultados:

PNAD - 76
NÃO SABEM LER E ESCREVER

	BRASIL			RIO DE JANEIRO REGIÃO I			SÃO PAULO REGIÃO II		
	Hs.	Ms.	TOTAL	Hs.	Ms.	TOTAL	Hs.	Ms.	TOTAL
TOTAL	21,9	26,5	24,3	6,2	12,4	9,4	9,9	17,0	13,5
URBANO	12,4	18,2	15,4	7,9	13,6	10,9	7,8	14,8	11,3
RURAL	40,1	44,9	42,4	30,6	35,6	32,9	22,6	33,0	27,5

	SC, PR e RS REGIÃO III			MG e ES REGIÃO IV			MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE. REGIÃO V		
	Hs.	Ms.	TOTAL	Hs.	Ms.	TOTAL	Hs.	Ms.	TOTAL
TOTAL	13,9	19,4	16,6	20,7	26,2	23,5	44,4	44,1	44,2
URBANO	8,1	15,3	11,7	12,5	18,5	15,6	26,2	28,9	27,7
RURAL	20,0	26,7	23,1	34,0	41,4	37,8	59,5	59,3	59,4

	DISTRITO FEDERAL REGIÃO VI			RO, AC, AM, RR, PA, AM, MT, GO. REGIÃO VIII (Exclusive Área Rural)		
	Hs.	Ms.	TOTAL	Hs.	Ms.	TOTAL
TOTAL	8,2	13,2	10,8	13,9	18,7	16,3
URBANO	6,0	10,7	8,5	13,9	18,7	16,3
RURAL	17,6	25,1	21,3	-	-	-

A nova tabela, comparada com aquela apresentada pelo Mobral em "Analfabetos no Brasil", também relativa ao ano de 1976, deixa perceber uma enorme diferença entre os 44,2% encontrados como média regional para os estados do nordeste e os índices apresentados pelo Mobral para os estados daquela região (12,3% em Alagoas, de 17,8% na Paraíba ou de 17,2% em Pernambuco). Para o conjunto do país, enquanto o Mobral afirmava ter reduzido aquele índice de 33,6% (censo de 1970) para 16,4%, os dados da PNAD-76 nos davam a conhecer um porcentual de 24,3%. Nos deparamos com uma diferença de quase 8% entre os dados oferecidos pelas duas entidades oficiais, diferença que persistirá nos anos subseqüentes: — o Mobral divulgou para 1977 o índice de 14,2% de analfabetismo, entre a população de 15 anos e mais, enquanto que a PNAD-77 indicava 23,8% de analfabetos, sendo encontrados os índices de 15,3% na zona urbana e 41,8% na zona rural do país (exclusive a população rural da região VII). Considerando-se os dados da PNAD-78 e da PNAD-79 vamos encontrar índices, respectivamente, de 23,8% e de 23,0%. Abra-se aqui um parêntese para esclarecer que estes cálculos foram feitos tomando como base a população de 15 anos e mais. Outros cálculos, feitos pelo próprio IBGE a partir dos dados das PNADs e que consideraram a faixa etária de 15 a 69 anos, nos oferecem os seguintes índices: 1976: 22,8%; 1977: 22,6%; 1978: 22,7%; 1979: 21,8%. Pode-se, portanto, sem medo de errar, afirmar que o Censo de 1980 indicará índices de analfabetismo superiores a 20% para a população de 15 anos e mais, o que nos fará defrontar com um número absoluto de analfabetos

se não superior ao menos semelhante àquele que encontramos há 1 década. Neste sentido, a ação do Mobral não foi mais eficiente que a da fracassada CEAA, atuante ao longo dos anos 50. Mas, seja qual for o critério utilizado para o cálculo é fácil observar que a diferença entre os dados do IBGE e os do Mobral elevou-se com o passar dos anos e tal diferença precisa ser explicada. Tentemos, para isso, reconstituir o processo pelo qual passam as classes do Mobral (50).

O "aluno conveniado" existe apenas no papel. O Mobral fixa anualmente a sua meta quanto ao número de alunos e busca atingí-la através da assinatura de convênios (especialmente com as prefeituras) em função dos quais ele distribui os recursos destinados à alfabetização. As metas são estabelecidas globalmente por estado e desmembradas por município, sendo que durante muitos anos elas foram fixadas pelo próprio Mobral Central para cada um deles. Tal prática, que não considerava as condições específicas dos municípios, foi responsável pela assinatura de convênios cujas metas eram ambiciosas e irrealistas, mas que asseguravam a apresentação de um elevado número de "alunos conveniados" pelo Mobral. Cabe, no entanto, a pergunta: não perceberiam acaso os prefeitos que firmavam tais convênios a impossibilidade de atingir o número fixado de alunos? Depoimentos de ex-prefeitos de cidades no interior do país indicam que muitos de tais convênios foram firmados em consequência do oportunismo daqueles que viam como positiva a entrada de quaisquer recursos no município embora soubessem que as metas dos convênios não seriam atingidas, de pressões exercidas por funcionários do Mobral — que se viam com a missão de "arrancar" dos prefeitos convênios compatíveis com as metas da instituição, de vendo-se registrar, entre outras, as ameaças de corte do Fundo de Participação do Município para os que não os quizessem assinar ou de interesses das forças políticas locais na indicação de alfabetizadores, na colocação de funcionários da Prefeitura

- (50) As considerações que tecemos sobre os porques da diferença não levam em conta a questão da manipulação dos dados, embora possamos encontrar acusações neste sentido - especialmente em relação aos primeiros anos de funcionamento do Mobral, quando teria havido uma "confusão deliberada" entre alunos conveniados e alunos matriculados. A comprovação de tal "confusão" pode ser observada através do fato de que à época do Pe. Sportorno considerou-se que haviam sido alfabetizados em 1971, 330.000 dos 500.000 alunos então matriculados nas classes do Mobral. Tabelas recentes divulgadas pelo movimento, no entanto, reconhecem apenas 172.089 alfabetizados no primeiro ano de funcionamento daquelas classes. Consulte-se o *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, 16.03.1976, p. 361.

à disposição da Comissão Municipal do Mobral, etc(51). O número de "alunos conveniados", portanto, pouco significa. O primeiro dado que nos deve interessar é o número de alunos matriculados. Coloca-se aqui uma questão: porque calcula o Mobral a sua "produtividade" com base no "aluno conveniado", se ela se elevaria substancialmente se fosse considerado o número de alunos matriculados ou o de alunos que freqüentam as classes? Só podemos encontrar duas respostas: tal procedimento, por um lado, reduziria substancialmente o impacto das cifras, porque as mais impressionantes são aquelas relativas aos "alunos conveniados"; por outro lado, a instituição nunca conseguiu superar os problemas relativos ao controle dos dados referentes à matrícula e à freqüência.

Iniciado o recrutamento dos analfabetos nos vemos diante do número de alunos matriculados, em geral, bem inferior àquele estabelecido nos convênios. Temos, no primeiro dia de aula, uma nova cifra: o dos alunos que efetivamente compareceram à sala de aula. Dos alunos matriculados devemos, pois, reduzir a deserção imediata (designada pelos técnicos do Mobral como "perdas de mobilização"). No decorrer dos 5 meses do curso de alfabetização devemos ainda deduzir daquela cifra os alunos que se evadiram e considerar também os de freqüência irregular. Não raro a evasão determina a junção de classes e a freqüência irregular pode suspender o funcionamento de uma classe por um determinado tempo. Ao final do curso, chega — portanto — apenas uma parcela (por vezes bem pequena) daqueles que se matricularam e dados precisos sobre tal processo em todo o país não podem ser obtidos com facilidade(52).

As perdas acima indicadas nos colocam diante de uma questão central para avaliação dos resultados do Mobral: quantos, entre os alunos

(51) Na CPI do Mobral a professora Teresinha Saraiva admitiu a existência de "convênios frios", com a repetição dos mesmos alunos em classes diferentes de simulação de postos, de criação de alunos fictícios. O governador Paulo Guerra, de Pernambuco, citado pelo Senador João Calmon, afirmara que, em sua propriedade havia um posto do Mobral com duas pessoas: a professora e sua filha. Mas da folha deste posto constavam entre 35 e 40 nomes. E este certamente não constitui nem constituiu um caso isolado. Veja-se o *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, 09.03.1976, p. 134.

(52) Mesmo considerando apenas os "alunos conveniados" e os "alunos alfabetizados" os números apresentados a cada relatório do Mobral variam, embora em proporções não muito significativas. Isto nos dá uma amostra do quão pouco confiáveis seriam os dados se a instituição trabalhasse com o número de alunos matriculados que freqüentam as aulas.

que chegaram ao final dos cursos, são considerados "alunos alfabetizados", contabilizáveis na redução dos índices de analfabetismo fornecidos pela instituição?

Não nos parece descabido formular a hipótese de que a maior parte dos alunos que "sobrevive" ao processo descrito recebe, no final do curso, o seu certificado de "aluno alfabetizado". Esta suposição apoia-se sobre os resultados de pesquisa realizada em setembro de 1975 pelo próprio Mobral na região nordeste, onde se encontravam 60% dos seus alunos(53), atingindo 22 municípios. Independente da avaliação do valor intrínseco do teste empregado, bem como dos níveis de dificuldade estabelecidos, verificamos que os resultados obtidos pelos alunos do Mobral que freqüentavam o 5º mês do curso de alfabetização, não podem ser classificados como brilhantes. No que concerne à leitura 57.9% dos alunos não era capaz de ler um texto simples e cerca de 15% deles não era capaz de sequer de ler palavras isoladas. 4% dos alunos não foi capaz de acertar qualquer item do teste de leitura; 17.3% logrou acertar todos os itens. Quanto à escrita 41.4% não era capaz de escrever sequer palavras isoladas, 58.9% não era capaz de redigir uma frase, 61.8% não era capaz de escrever palavras e endereçar um envelope, 74,9% não era capaz de redigir um bilhete. No mesmo teste 16.2% dos alunos não logrou acertar nenhum dos itens do teste, sendo que 10.3% conseguiu acertar todos os itens. No seu conjunto cerca de 50% não lograva realizar operações com números inteiros e 55.8% não conseguiu acertar na solução de problemas simples, sendo a questão mais difícil a multiplicação de um número de dois algarismos por um número de um algarismo (54). A mesma pesquisa realizada na região Sudeste (55) deixa também perceber — apesar dos dados serem apresentados de forma bem diversa, da amostra ser bem menor e das modificações introduzidas de modo a dificultar a crítica do programa — que acerca de 10% dos alunos não logrou acertar qualquer questão no teste de leitura e de cálculo, o mesmo ocorrendo com 27.2% deles no caso da escrita. Preferimos, porém, considerar como mais fidedignos os dados da primeira pesquisa não somente a amostra é bem maior e se refere à região onde se concentravam os alunos do Mobral mas especialmente porque ela foi realizada sem atender à recomendação da direção da instituição de

(53) Mobral. *Subsídios para avaliação do programa de alfabetização funcional*. MEC, maio de 1976, p. 46.

(54) *Ibidem*, p. 89-108.

(55) Mobral. *O Programa de Alfabetização Funcional Região SUDESTE - subsídios para avaliação*. MEC, junho de 1978.

que pesquisas deveriam ser realizadas "sempre que consagradoras", conforme expressão de Arlindo Lopes Correia.

Se compararmos os resultados da pesquisa no nordeste com o que o próprio Mobral estabeleceu como critério para considerar o aluno alfabetizado, concluiremos que poucos poderiam — no 5º mês do curso de alfabetização — ser considerados como tal. Segundo uma publicação de 1973(56) o aluno alfabetizado deveria ser capaz, com relativo desembaraço, de: 1. ler e escrever seu próprio nome, seu endereço e o de toda a sua família; 2. escrever pequenos bilhetes, passar telegramas e recibos, redigir um requerimento, se for orientado para isso; 3. resolver pequenos problemas sobre os acontecimentos do dia a dia; 4. somar e conferir notas de compras; 5. calcular os gêneros alimentícios que precisa comprar para a família; 6. fazer troco com o dinheiro em circulação; 7. fazer o cálculo de tempo necessário a viagens e deslocamento em condução; 8. expressar-se oralmente e por escrito comunicando de forma simples mas compreensível suas idéias; 9. ler e interpretar pequenos trechos com notícias de jornais e cartas além de consultar catálogos de telefones e ruas; 10. ler e executar ordens escritas. Tais critérios correspondiam ao famoso "Decálogo" para a avaliação do aluno alfabetizado, estabelecido nos primeiros anos de funcionamento do Mobral e deixado de lado em 1977 quando foi substituído por "objetivos terminais" e por uma avaliação subjetiva do alfabetizador. Os "objetivos terminais" são: 1. identificar o conteúdo dos textos e das frases que lê; 2. escrever textos e frases com sentido completo; 3. resolver situações-problema, envolvendo as 4 operações, com número de um e dois algarismos, com e sem agrupamentos; 4. resolver situações-problema que envolvam medidas de comprimento (m, cm, km), cálculo de perímetro, medidas de capacidade (l), medidas de massa (gr. e kg.), medidas de valor (cruzeiros e centavos), utilizando quantidades inteiras e frações(57). Verifica-se, assim, que o nível de exigência formal caiu a partir de 1977 mas mesmo assim, considerados os resultados da pesquisa realizada no nordeste, poucos alunos do 5º mês poderiam ser considerados alfabetizados. A "avaliação subjetiva", porém, poderia permitir a aprovação de muitos dos que sobrevivem ao processo que anteriormente descrevemos. Levando em consideração os critérios do "Decálogo" e utilizando um teste de conhecimentos, a pesquisa realizada na região nordeste em 1975

(56) MEC. *Mobral: sua origem e evolução*. op. cit., p. 45. Ver também CETEP/SEPES. *Análise do nível operatório do adulto analfabeto*. MEC/MOBRAI, p. 43.

(57) Mobral. *Relatório Programas GEPED*, Rio de Janeiro, 1977, p. 24.

mostra que a "produtividade" do trabalho alfabetizador do Mobral era muito baixa: não atingiria 40%, calculados não sobre os "alunos conveniados" mas sobre os alunos que sobreviveram até o quinto mês do curso de alfabetização. Ora, como a "produtividade" divulgada pelo Mobral sempre esteve em torno de 40% sobre os alunos conveniados, conclui-se que aí estão contados como alfabetizados alunos que estão muito longe de atender aos critérios inicialmente estabelecidos pela gerência pedagógica do próprio Mobral.

A suposição de que nem todos os "alunos alfabetizados" podem ser considerados como tal é reforçada pelo fato de que, no nordeste, em 1975, cerca de 20% da clientela era formada por alunos que anteriormente já haviam freqüentado classes do Mobral. A grande maioria destes as freqüentava pela segunda e terceira vezes, constatando-se — porém — casos de quarta vez. A principal causa do retorno indicada era "por não saber ler e escrever" e, como era possível indicar mais que uma causa, uma parte dos alunos assinalou que não haviam chegado a terminar o curso, mas isto não foi indicado por todos. Além disso, a experiência mostra, confirmando o resultado da pesquisa, que muitos dos que terminam os cursos do Mobral, a eles retornam mesmo tendo sido considerados alfabetizados: este é um fato do conhecimento público, podendo ser constatado tanto nas grandes cidades quanto no interior. O mesmo fenômeno foi também comprovado pela pesquisa realizada na região SUDESTE, onde 28,3% dos alunos entrevistados já haviam freqüentado classes do MOBREAL (dentre estes, tomados como 100%, 22,7% já freqüentara 1 vez anteriormente, 55,2% duas vezes e 11,4% três vezes). Também aqui a principal causa de retorno era "por não saber ler e escrever" (59,8%) (58). É também comum nos depararmos com "alunos alfabetizados" que sabem escrever mas não sabem ler, o que indica ter-se reduzido o processo alfabetizador, nestes casos, à memorização de letras e palavras e à aquisição da capacidade de "ferrar o nome" — repetindo o Mobral uma estória que já conhecemos desde os tempos do CEEA.

Ressalte-se aqui, retornando à questão da diferença de índices de analfabetismo observada entre os dados do Mobral e da PNAD-76, que os alunos que repetem os cursos e chegam ao seu final, ao receberem um certificado são computados a cada repetição como um analfabeto a menos, contribuindo duas, três ou mais vezes para a redução dos índices apresentados pelo Mobral.

(58) Mobral. *O Programa de Alfabetização Funcional Região SUDESTE* - op. cit.

Mas, a precária aprendizagem das técnicas da leitura e da escrita resulta, entre outras coisas, da precária qualidade do ensino oferecido. Embora não critiquemos a utilização de professores leigos pelo programa — considerando que esses professores são por vezes tão eficientes quanto seus colegas diplomados, dependendo do seu empenho, motivação e treinamento recebido — constatamos que o corpo docente do Mobral, de acordo com as pesquisas consultadas, compõe-se de elementos com escassa preparação escolar: na região nordeste, 23.4% dos alfabetizadores entrevistados tinha terminado entre a 1ª e a 3ª séries, 42.3% havia terminado a 4ª série e 21.9% chegou a iniciar outras séries do primeiro grau. Na região sudeste não foram entrevistados professores com menos de 4 anos de escolaridade, 22.9% havia terminado a 4ª série e 26.6% deles chegou a iniciar outras séries do primeiro grau. Estes dados só adquirem relevância se considerados em conjunto com aqueles relativos ao treinamento e à supervisão recebida pelos alfabetizadores. Na região nordeste 1.8% dos professores não recebera treinamento algum; mais de 50% deles recebera entre 1 e 2 treinamentos. Para cerca de 23% deles foram oferecidos (contando-se aqui todos os treinos recebidos) apenas 10 horas de treinamento; mais de 50% deles recebeu até 25 horas de treinamento. Na região sudeste cerca de 40% dos professores recebeu um treinamento; cerca de 20% recebeu dois, sendo que para 41.2% deles tais treinamentos tiveram duração de até 10 horas. Na região nordeste cerca de 30% dos alfabetizadores entrevistados declarou nunca ter recebido qualquer espécie de supervisão e 18.9% afirmou ter recebido supervisão apenas uma vez. Na região sudeste também cerca de 30% dos alfabetizadores declarou nunca ter recebido supervisão (59).

Além do mais, a precária aprendizagem está ligada ainda aos baixos índices de frequência. Dados sobre a frequência não foram incluídos no relatório relativo à região sudeste. Quanto à região nordeste, nos deparamos com as seguintes porcentagens de alunos presentes em sala sobre o número de alunos declarados: Maranhão: 49%; Piauí: 41%; Ceará: 47%; Rio Grande do Norte: 51%; Paraíba: 54%; Pernambuco: 47%; Alagoas: 60%; Sergipe: 43%; Bahia: 53%. Média da região nordeste: 49% (60).

(59) Todos os dados aqui citados são encontráveis nas duas pesquisas de avaliação realizadas pelo Mobral e anteriormente indicadas.

(60) Mobral. *Subsídios para avaliação...* op. cit., p. 357. Se o número de alunos declarados é irreal, então os índices de frequência seriam mais elevados do que aqueles contatados. No entanto, os aplicadores do questionário sobre a frequência consideram que estes índices podem também estar inflacionados porque, em muitos locais, professores e alunos foram avisados da chegada de um pesquisador que observaria a frequência.

A irregularidade da frequência, aliás, não espanta ninguém, já que boa parte dos alunos se insere em estruturas produtivas que não exigem o domínio daquelas técnicas, não logrando motivar-se suficientemente para frequentar regularmente as classes. Ora, se parte destes alunos de frequência irregular são também aprovados nos vemos diante de um considerável contingente de pessoas que dificilmente poderia ser considerada alfabetizado. Haveria algum motivo para que o alfabetizador se interessasse por manter elevada a matrícula e a frequência nos boletins até o final do curso, mesmo que isso não corresponda à realidade, e aprovar alunos que não lograram efetivamente alfabetizar-se? Certamente. Onde a evasão é demasiado grande e a frequência é irregular o alfabetizador corre o risco de, indicando-a, perder o seu posto. Ora, sabemos que a gratificação paga pelo Mobral aos alfabetizadores, embora pequena, não é irrelevante nos seus orçamentos domésticos, especialmente no interior — onde as oportunidades de trabalho não manual são mais raras. Além do mais, as próprias administrações municipais não tem interesse em extinguir cursos porque pensam nos efeitos secundários da injeção de recursos no município através do Mobral. Além do mais o pagamento do alfabetizador variava de acordo com o número de alunos que conseguisse chegar ao final do curso, fazendo com que aqueles nem sempre se interessassem por dar baixa nos alunos evadidos ou com que mantivessem inscritos alunos que nunca apareceram em sala de aula. Sendo a “produtividade” do alfabetizador a base para o cálculo do “rateio final dos recursos” (de modo a premiar os mais “produtivos”) não raro se via o supervisor do Mobral diante de frequência fictícia nos boletins. E como a “produtividade” do alfabetizador fica mais claramente demonstrada pelo número de alunos aprovados, pode-se facilmente admitir que ele aprovasse também alunos de frequência irregular e precariamente alfabetizados.

Um aspecto que levantou grande polêmica há dois anos deve ainda merecer nossa atenção: a pesquisa realizada na região nordeste mostra que 27.5% dos alunos do Mobral na área em questão tinha menos de 15 anos. A coleta de tais dados foi prudentemente evitada na pesquisa realizada na região sudeste. Apesar disso, uma pesquisa menor realizada em Niterói e Nova Iguaçu indica que a presença de alunos de 10-14 anos nas classes atingia 38.6% do total(62). Isto significa que, na redução dos índices do Mobral, interferiu e provavelmente

(61) Veja-se Speranza, Nair Paiva. *A clientela do Mobral: suas características*. Coleção Mobral, 1973, p. 22. Dados apresentados oficialmente pelo Mobral à CPI indicavam que a presença de alunos na faixa etária de 9 a 14 anos, entre 1972 e 1973, era de 18.3%. *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, 16.03.1976, p. 389.

ainda interfere o fato de que são deduzidos da população analfabeta de 15 anos e mais "alunos alfabetizados" pertencentes a outras faixas etárias.

Finalmente, é preciso retornar à tão discutida questão da regressão da aprendizagem pelo desuso das técnicas aprendidas. Alunos precariamente alfabetizados retornam rapidamente ao analfabetismo. Mas também aqueles que realmente aprenderam a ler e a escrever facilmente esquecem o aprendido sempre que não tem a possibilidade de utilizar os conhecimentos adquiridos. Isto ocorre não apenas com os alunos do Mobral mas também com uma parte dos alunos que saem da rede escolar, fato que pode ser constatado facilmente pela busca dos cursos do Mobral por parte de pessoas que anteriormente haviam freqüentado a escola. Em face das pesquisas relativas à regressão da aprendizagem tende-se a considerar necessário hoje em dia, para garantir a estabilidade dos conhecimentos aprendidos, um período relativamente longo de familiaridade com a linguagem escrita, recomendando-se o esforço por um atendimento de 4 anos à escola entre crianças e adolescentes e um mínimo de 9 meses de freqüência a cursos de alfabetização entre os adultos. O tempo não é necessariamente aquele que se requer para aprender a ler e a escrever, mas aquele que se mostra imprescindível à sedimentação do aprendido através da repetição e utilização daquelas técnicas. Ora, os cursos oferecidos pelo Mobral tem duração menor que o sugerido pela Unesco; mas a sedimentação da aprendizagem seria assegurada pela participação do egresso das classes do Mobral nos outros programas do movimento. Como não há como provar que esta participação realmente ocorra — tendo Teresinha Saraiva afirmado que ocorria exatamente o contrário, ou seja, que os participantes dos demais programas não eram os alunos alfabetizados pelo Mobral, referindo-se à época em que ela fazia parte da direção do movimento — pode-se supor que boa parte dos alunos alfabetizados ou semi-alfabetizados pelo Mobral regrediram ao analfabetismo.

Esta questão, aliás, mereceu grande atenção da Comissão Parlamentar de Inquérito a respeito das atividades do movimento, tornando-se mesmo um dos pontos centrais da discussão, já que elevados índices de regressão questionariam de maneira drástica a existência do Mobral. Diante dos dados colhidos em outros países, como aquele da Costa Rica, citado na CPI — que sem ser um país excessivamente pobre constatou um índice de regressão ao analfabetismo de 90% dos alunos da campanha de alfabetização aí realizada — fazia-se necessário dispor de algum dado objetivo a respeito dos alunos do Mobral.

Em consequência, os deputados José Maria de Carvalho, Darcílio Braga e Braga Ramos incumbiram-se de analisar a questão e apresentaram à CPI uma pesquisa com base em cujos resultados ficava comprovado que o Mobral constituía uma excessão entre as campanhas alfabetizadoras: graças aos seus diversos programas, mostrava a pesquisa empírica realizada que os índices de regressão dos alunos do Mobral ao analfabetismo era muito reduzido. Esta "avaliação consagradora" foi determinante no encerramento da CPI com elogios à atuação do movimento. Consultando-se, porém, o documento apresentado pelos deputados observa-se que as suas características não permitem considerar seriamente seus resultados. Constata-se facilmente que: 1. a pesquisa foi realizada pelo próprio Mobral; 2. a parte inicial do relatório transcreve literalmente o conteúdo dos textos oficiais do Mobral e/ou artigos do seu Presidente; 3. a pesquisa empírica, realizada com 152 alunos, não pode ser tomada como representativa dos milhões de alunos que o Mobral pretende ter alfabetizado; 4. aquela insignificante amostra era a soma de sub-amostras compostas em média de 15 ex-alunos testados com diferentes municípios do Rio de Janeiro ou em regiões administrativas do município do Rio de Janeiro, tendo sido identificados e indicados para fazerem o teste pelos Supervisores de área do Mobral (62).

Em vista disso, devemos também considerar a regressão como um dos fatores que contribui para a diferença entre os índices de analfabetismo divulgados pelo IBGE e pelo Mobral. As considerações aqui apresentadas nos parecem suficientes para nos levar a crer que os índices oferecidos pela PNAD estão mais próximos da realidade do que aqueles indicados pelo Mobral — o que recoloca toda a discussão sobre o real custo-aluno do Mobral e a questão do desperdício de recursos através deste tipo de programa. No entanto, a PNAD-76 deixa perceber uma redução considerável daqueles índices. Esta redução alcança, porém o 9,3% entre 1970-1976 e 9,8% considerando-se o índice encontrado pela PNAD-77 e não, como pretendia o Mobral, 17,2 (1976) e 19,4 (1977). Assim, a diferença entre os índices fornecidos pelo Mobral e pelo IBGE cresceu entre 1976 e 1977, elevando-se de 7,9% para 9,6%. Se projetamos tais dados para os anos subseqüentes até o final da década (e considerando ainda que o próprio Mobral admite a queda da sua "produtividade" nos últimos anos) deveríamos espe-

(62) Mobral. *Relatório da sub-comissão encarregada de estudar o fenômeno da regressão de ex-alunos de cursos de alfabetização do Mobral*. Rio de Janeiro, 1977.

rar para 1980 (índices de analfabetismo situados acima dos 20% (62). Os dados do Censo são, porém, ainda mais eloquentes que os das PNADs. Eles nos apresentam índices sensivelmente superiores àqueles que a projeção dos dados das PNADs poderiam fazer esperar e a principal razão de tão elevados índices os torna mais adequados à comparação com os índices divulgados pelo Mobral que aqueles calculados a partir das PNADs. É que o Censo, ao contrário das PNADs, inclui a área rural da região VII — área na qual atuou o Mobral ao longo da década dos 70, (AM, PA, Roraima, Acre, Amapá, Mato Grosso e Goiás).

CENSO DE 1980
PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS
NÃO SABEM LER E ESCREVER

	NÚMEROS ABSOLUTOS			NÚMEROS RELATIVOS		
	HS	MS	TOTAL	HS	MS	TOTAL
TOTAL	8.872.972	10.483.120	19.356.092	24,2	27,6	25,8
URBANO	3.560.184	5.266.233	8.826.417	14,2	19,3	16,9
RURAL	5.312.788	5.216.887	10.529.675	45,8	49,2	47,1

A tabela acima permite verificar que os índices de analfabetismo caíram, nos anos 70, de 33.6% (1970) para 25.8% (1980) — sofrendo, portanto, uma redução de 7.8%. Estes resultados são extremamente medíocres se os comparamos com aqueles obtidos na década de 50, quando funcionaram as grandes campanhas de alfabetização de adultos e que — diga-se de passagem — nunca sonharam em dispor dos recursos que o Mobral teve à sua disposição. Tais campanhas, embora tenham sido ineficientes e tenham terminado sua existência nos anos 60 no total descrédito dos profissionais da educação e da opinião pública, contribuíram para a redução dos índices de analfabetismo em mais de 10% nos anos 50. A redução obtida nos anos 70 está mais próxima daquelas que observamos nas décadas de 40 e de 60 (pouco inferiores a 6%) quando campanhas nacionais existiram apenas durante poucos anos.

- (62) Chegou a ser esboçada pelo Mobral uma tentativa de justificar diferença de índices com o argumento de que os critérios das duas instituições (MOBRAL e IBGE) não coincidiam. Entretanto, se o cálculo da redução dos índices pelo Mobral tem como ponto de partida aqueles encontrados pelo IBGE no Censo de 1970 ele aceita implicitamente os critérios do IBGE ou deixa de dispor de um referencial para a sua meta de redução dos índices de analfabetismo.

Merecem ainda consideração os índices de alfabetização calculados por Estado. Calculamos a partir das Tabulações Avançadas do Censo de 80. Elas nos permitem observar mais claramente o irrealismo, quando não a manipulação, dos dados oferecidos pelo Mobral. Comparando a tabela abaixo com os índices publicados em *Soletre Mobral e leia Brasil* para 1976 e reproduzidos neste trabalho, verificamos que embora as explicações dadas para a diferença de índices do Mobral e do IBGE sejam reais, elas não explicam tudo — obrigando a reconhecer a redução fictícia de tais índices pelo Mobral através da manipulação de dados. De acordo com o IBGE os índices caíram em todos os estados brasileiros exceto num deles. Na Paraíba, onde o censo de 1970 indicava a existência de 55,2% de analfabetos de 15 anos e mais e o Mobral afirmava em 76 tê-los reduzido a 17,8%, nos deparamos no Censo de 80 com 62,7%. Tal elevação se deve em certa medida a intensa migração para outros estados (podendo-se supor que os analfabetizados migram com mais facilidade) que provocou inclusive, considerável redução da população do Estado; mas entre a elevação dos índices em 7,5% durante a década, segundo o IBGE, e a redução de 37,4% anunciada pelo Mobral após 6 anos de atuação (1976) há uma distância tal que é forçoso reconhecer a manipulação dos dados. Mas, mesmo em estados onde ocorreu redução dos índices durante a década, de acordo com os dados do IBGE, observamos que as diferenças entre os índices do Mobral de 76 e os do IBGE em 80 são dificilmente explicáveis se não incluirmos o fator manipulação de dados. É o caso de Alagoas (Censo 80 = 54,9%; Mobral 76 = 12,3%), Amazonas (Censo 80 = 32,8%; Mobral 76 = 12,1%); Rio Grande do Norte (Censo 80 = 45,0; Mobral 76 = 26,1%); Sergipe (Censo 80 = 48,7%; Mobral 76 = 29,6%); Pernambuco (Censo 80 = 42,3%, Mobral 76 = 17,2%); Piauí (Censo 80 = 51,9%; Mobral 76 = 25,2%), Maranhão (Censo 80 = 52,7%; Mobral 76 = 22,3%).

CENSO DE 1980
ANALFABETOS NO BRASIL

ESTADO	POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS	ANALFABETOS DE 15 ANOS E MAIS	ÍNDICE DE ANALFABETISMO
ALAGOAS	1.111.282	610.633	54,9%
AMAZONAS	779.660	265.820	32,8%
BAHIA	5.462.391	2.382.373	43,6%
CEARÁ	3.129.613	1.434.424	45,8%
DISTRITO FEDERAL ...	727.333	83.842	11,5%
ESPÍRITO SANTO	1.247.517	305.885	24,5%
GOIÁS	2.267.362	514.018	22,6%
MARANHÃO	2.210.629	1.165.205	52,7%
MINAS GERAIS	8.391.240	2.432.750	28,9%
MATO GROSSO DO SUL ..	828.965	184.722	22,2%
MATO GROSSO	666.327	199.778	29,9%
PARAÍBA	714.619	448.523	62,7%
PERNAMBUCO	3.664.275	1.551.355	42,3%
PIAUÍ	1.202.690	625.201	51,9%
PARÁ	1.884.917	526.759	27,9%
PARANÁ	4.713.748	1.011.581	21,4%
RIO DE JANEIRO	7.902.409	940.557	11,9%
RIO GDE. DO NORTE ..	1.121.894	505.061	45,0%
RIO GDE. DO SUL	5.296.141	691.731	13,0%
SANTA CATARINA	2.267.498	303.514	13,3%
SERGIPE	638.008	311.326	48,7%
SÃO PAULO	16.880.335	2.370.100	14,0%
TERRITÓRIOS (ACRE, AMAPÁ, RORAIMA E RONDÔNIA)	577.372	194.830	33,7%
B R A S I L	74.872.296	19.356.092	25,8%

* FONTE: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico 1980.

A tabela acima permite observar que as maiores reduções dos índices em relação ao Censo de 1970 ocorreu nos estados de Goiás (16,8%); Paraná (10,5%), Espírito Santo (9,9%), Rio Grande do Norte (9,2%), Ceará (8,8%), Piauí (8,8%). As reduções menos significativas em tais índices ocorreram nos estados de Sergipe (5%), São Paulo (5,1%), Amazonas (5,3%) e Pará (5,6%). Os demais estados situam-se próximos da média (7,8%) alcançada na década. (*63)

Finalmente vale assinalar que, com a redução dos índices de analfabetismo em 7.8% entre 1970 e 1980, nos vemos diante do crescimento do número absoluto de analfabetos que cresceu, na mesma década, no conjunto do país de 18.146.891 para 19.356.092.

Tratamos neste trabalho o Mobral fundamentalmente como programa alfabetizador porque o Programa de Alfabetização Funcional (PAF)

* (63) Não foram considerados os territórios (tratados em conjunto nas Tabulações Avançadas do Censo de 80) e os estados onde ocorreu fusão (Guana-
bara/Rio de Janeiro) ou desmembramento (Mato Grosso).

constituiu ao longo da década o principal programa do movimento, o qual nele empenhou a maior parte de seus recursos. Podemos constatar no quadro seguinte que o PAF absorveu, juntamente com as despesas relativas à administração do movimento, considerados os anos que vão de 1973 a 1979, porcentagens do orçamento que oscilaram entre 78.6% e 93.7%. O restante foi destinado a programas diversos, cuja avaliação exigiria pesquisa e análise específica. Entre eles, porém, o Programa de Educação Integrada (PEI) não apenas recebeu a maior parte dos recursos restantes como possui, inegavelmente, uma relevância maior como forma de atuação do movimento.

MOBRAL — EVOLUÇÃO DA DESPESA — 1973/1979

PROGRAMAS ATIVIDADES	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
ALFABETIZAÇÃO	176.776.945 76,5	238.537.789 76,8	215.360.926 73,3	318.729.944 80,9	487.554.816 65,3	815.422.456 64,7	1.292.978.026 73,3
CULTURAL	16.103.227 7,0	21.278.000 6,9	5.112.719 1,8	8.650.457 2,2	13.428.107 1,8	35.320.751 2,8	14.251.062 0,8
PROFISSIONALI- ZAÇÃO	—	5.350.000 1,7	5.000.000 1,7	2.492.988 0,6	4.938.251 0,7	24.718.861 1,9	35.969.903 2,0
AÇÃO COMUNITÁRIA	—	—	—	373.369 0,1	2.320.975 0,3	10.083.334 0,8	6.154.102 0,4
ED. COMUNITÁ- RIA P/A SAÚDE	—	—	—	4.949.107 1,6	11.211.156 1,5	52.840.795 4,2	66.958.196 3,8
CAMPANHA ES- PORTE P/TODOS	—	—	—	—	17.678.720 2,4	19.115.199 1,5	—
EDUCAÇÃO INTEGRADA	21.445.605 9,3	20.727.928 6,7	15.133.923 5,2	6.700.430 1,7	10.642.620 1,4	69.100.603 5,5	55.345.658 3,1
TECNOLOGIA DA ESCARSEZ	—	—	—	—	—	—	440.251 0,1
ADMINISTRAÇÃO	16.647.580 7,2	24.482.440 7,9	52.640.195 17,9	50.683.197 12,8	99.453.766 13,3	234.888.728 18,6	291.409.244 16,5
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	—	—	357.471 0,1	1.332.628 0,1	98.825.118 13,3	—	—
TOTAL	230.973.357 100,0	310.376.247 100,0	293.605.234 100,0	393.912.121 100,0	746.053.529 100,0	1.261.490.727 100,0	1.763.506.442 100,0

Fontes: Dados 73/77 — Ed. de Massa e Ação Comunitária — Arlindo Lopes Corrêa — MOBRAL/AGGS — 1979 — RJ p. 463,464
Dados de 1979 — Relatório Mobral, 1980 — p. 27.

A oferta da oportunidade de “educação continuada” pós-alfabetização não constituiu, ao longo da história do Mobral, uma preocupação importante do movimento nem foi pensada antes de ter sido o programa lançado. O próprio Mobral admite que o programa de “educação integrada” não nasceu do conhecimento prévio dos responsáveis pelo movimento dos problemas relativos à regressão da aprendizagem e do malogro das campanhas anteriores. Ele teria surgido como resultado da constatação “informal e empírica” nas frentes de atuação da campanha de que os egressos dos cursos de alfabetização “aspiravam por novas oportunidades de continuidade de seus estu-

dos" (64). Foi resultado do método característico do Mobral: o do "ensaio e erro".

Realmente, a "educação integrada" começou a existir em 1971 com caráter experimental, em diversos estados do país (exceto Guanabara e Acre), sendo a experiência planejada, financiada e realizada pelas editoras Abril, José Olímpio e Bloch que prepararam o material didático a ser vendido ao Mobral. Esta experiência teria atingido, segundo dados difundidos pelo movimento na época e que não são hoje em dia considerados confiáveis nem pelo próprio Mobral, por terem sido manipulados e superestimados um total de 48.000 alunos — ou seja, menos de 10% do total dos alunos que o movimento indicou na época como tendo sido "conveniados" (500.000). Mas, nem sempre o Mobral reconheceu o caráter improvisado e "empírico" de tal programação. Assim, o Pe. Sporotorno buscou justificar a disparidade entre o número de alunos alfabetizados e o de alunos atingidos pela experiência da "educação integrada" da seguinte maneira:

"Na verdade, a maioria daqueles que buscam classes de alfabetização não querem mais que saber ler e escrever, não se preocupam em continuar os estudos. De modo que a demanda pela educação continuada não é muito grande em comparação com aquela da alfabetização. Devemos fazer uma distinção entre 'desejos de aspiração' e 'nível de aspiração'. Muitos tem o desejo de aspiração, sonham com uma profissão que implica em um nível educacional mais elevado, mas não chegam a aspirá-la propriamente, pois nada fazem para conquistá-la. Isto é o mais comum. Já o 'nível de aspiração' é que faz com que o indivíduo busque os meios para realizar o que aspira. A sra. naturalmente fez o curso clássico. Quantos colegas seus chegaram também à universidade? Quantos à pós-graduação? São poucos os que possuem nível de aspiração. 10% é o percentual esperado de alunos que realmente aspiram à educação continuada, de modo que foi prevista desde o início esta fase educativa que o Mobral oferece aos que desejam continuar a estudar" (65).

A simplória explicação oferecida pelo Pe. Sporotorno era compatível com o seu nível de conhecimentos, com a sua visão da questão educa-

(64) Simão e Koff, A.M.N. e outros. Programa de Educação Integrada. In: Correia A. L. (org) *Educação de massas...* op. cit., p. 177.

(65) Entrevista feita por mim com o Pe. Sporotorno na sede do Mobral no Rio de Janeiro em 19.08.1971, acompanhando o jornalista Mário Ribeiro, para a revista *VISÃO*.

tiva a partir do indivíduo e não da sociedade e com o interesse de defender o programa que organizava. Ele fixava arbitrariamente em 10% de número fictício de alunos (os "alunos conveniados") o percentual dos que atingiram suficiente "nível de aspiração" para freqüentar o programa de educação integrada, fazendo-os coincidir com aquele que supostamente era o índice de atendimento do programa. E, a partir dos dados difundidos pelo Mobral ao longo da década, tais índices, na verdade, não podem ser encontrados.

Os dados do Programa de Educação Integrada consideram "alunos novos atendidos", deixando margem à dúvida se se trata do número de alunos matriculados, alunos que chegaram ao fim do programa, alunos conveniados, tornando inviável qualquer comparação com os dados divulgados pelo Programa de Alfabetização Funcional. Mas mesmo que tal comparação fosse possível ela não permitiria avaliar em que media o PEI significa educação continuada de recém-alfabetizados do Mobral pois não existem informações capazes de assegurar que os alunos de educação integrada sejam os mesmos que se alfabetizaram através das classes do movimento. Ao contrário, é mesmo provável que o programa abrigue alunos da mais variada procedência e que a maioria deles não seja proveniente das classes do Mobral.

As dimensões atingidas pelo PEI são indicadas pelo número de alunos, conforme a tabela seguinte (66).

Ano	Nº de alunos novos atendidos pelo PEI
1971	33.462
1972	511.509
1973	549.865
1974	508.802
1975	513.479
1976	440.521
1977	625.294
1978	351.173

Observa-se aí que o programa de educação integrada começou a ser difundido a partir de 1972, através de convênios firmados entre o

(66) Estes dados 1971-1977 provém da publicação do Mobral *Educação de massa...* op. cit., p. 191. Os dados para 1978 e 1979 provém, respectivamente, do *Relatório 1974-1978* e do *Relatório 1979* do Mobral, sendo que o dado de 1979 indica a posição relativa a novembro de 1979.

Mobral e as Secretarias de Educação, funcionando como alternativa aos programas previamente existentes de ensino supletivo de 4 anos. Através de tais convênios tem o Mobral fornecido material didático (e metodologia suposta pela sua utilização) e o treinamento dos professores bem como — conforme ocorreu em 1979 na maioria dos estados — gratificação e complementação salarial aos professores e ajuda na manutenção dos mesmos durante o treinamento. As Secretarias de Educação tem oferecido ao programa os recursos humanos e as instalações necessárias e se encarregado da organização do programa. A supervisão desta programação condensada dos 4 primeiros anos do ensino de primeiro grau em 720 Horas/aula (que pode ser cumprida num prazo variável entre 10 e 18 meses) esteve a cargo, entre 1972 e 1976, das Secretarias Estaduais de Educação, passando a ser realizada diretamente pelo Mobral a partir de 1977.

O Programa de Educação integrada adquiriu maior peso quando, em 1973, teve a sua equivalência às primeiras 4 séries do primeiro grau reconhecida pelo Conselho Federal de Educação. No ano seguinte o Mobral logrou obter a autorização para expedir seus próprios certificados, os quais deveriam — porém — ser referendados pelo órgão responsável pelo sistema de ensino local (Secretarias Estaduais e Municipais de Educação). Esta exigência desapareceu em 1978 quando o movimento foi autorizado a realizar convênios com escolas particulares que podem expedir certificados com validade nacional. Observa-se, assim, uma progressiva autonomização do Mobral em relação às Secretarias de Educação, a qual se reflete na passagem da responsabilidade da supervisão das Secretarias para o Mobral, nas crescente oferta de gratificação e complementações salariais aos professores de educação integrada e na assinatura de convênios com entidades privadas de educação. O movimento coloca-se, assim, fora do controle dos organismos públicos estaduais e municipais de administração do ensino no que concerne à própria execução do Programa de Educação Integrada, da mesma maneira que procurava colocar-se fora do controle do Ministério da Educação e Cultura em relação ao conjunto de sua programação. O movimento assenhorou-se, desta forma, de atribuições que cabem às SECs e ao próprio MEC (atribuições de seu Departamento de Ensino Supletivo), preenchendo-as de maneira autônoma e controlando recursos vultosos que poderiam servir a uma atuação mais efetiva dos departamentos competentes do Ministério da Educação.

A avaliação do Programa de Educação Integrada é, porém, tão difícil e problemática quanto a avaliação do desempenho do Ensino Supleti-

vo Comum. Seriam necessárias pesquisas específicas e detalhadas sobre tais programas, as quais não existem ou não são acessíveis. Mesmo em termos quantitativos, as informações disponíveis sobre o ensino supletivo são precárias e descontínuas. Deve no entanto, ser motivo de preocupação o caráter cada vez mais autônomo da atuação do Mobral no campo do ensino supletivo. Como o PEI não representa uma forma segura de continuação dos estudos pelos alfabetizados do Mobral, ele termina se caracterizando como uma alternativa de estudo condensado para os alunos potenciais do supletivo em geral. A existência de tal alternativa é, em si positiva. Mas, a forma como ela é oferecida à população implica numa apropriação pelo Mobral de atribuições próprias do Ministério e das Secretarias de Educação, montando o movimento uma espécie de sistema paralelo de ensino supletivo que assegura o poder da burocracia do Mobral e faz, talvez, crescer as chances de sua sobrevivência, mas não resolve o problema específico da campanha alfabetizadora: o de evitar a regressão ao analfabetismo dos contingentes que alfabetizou assegurando que seus ex-alunos se integrem numa programação de educação continuada. Mas certamente a autonomia conseguida pelo Mobral e que se reflete também no Programa de Educação Integrada está ligada à sua função político-ideológica e se reflete nas tentativas feitas pelo Movimento para sobreviver ao seu 10º aniversário.